

COLEÇÕES DE MULTIMEIOS: REFLEXÕES SOBRE O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO A PARTIR DO CONCEITO DE TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA

*Cláudia Pereira de Jesus
Carvalho*

Graduanda em Biblioteconomia pela
Universidade Estadual Paulista Júlio
de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: claudinhapjc@yahoo.com.br

Carlos Cândido de Almeida

Docente do Departamento de Ciência
da Informação da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho (UNESP). Doutor em Ciência da
Informação pela mesma instituição.

E-mail: carlos.c.almeida@unesp.br

Recebido em: 17/03/2019

Aceito em: 23/07/2019

RESUMO

O propósito deste artigo é abordar possibilidades de tratamento temático da informação de coleções de multimeios à luz do conceito de tradução intersemiótica, entendendo a tarefa de representação desses materiais audiovisuais como um processo tradutório e intersemiótico. Adota-se uma abordagem teórico-bibliográfica e propósito exploratório crítico-reflexivo. Conclui-se que o profissional da informação, enquanto tradutor, precisa estar disposto a dialogar com os diferentes universos semióticos que se apresentam nas coleções das unidades informacionais. Destaca-se ainda a necessidade de pesquisa e aprofundamento para realizar a operação tradutora do tratamento temático da informação.

Palavras-chave: Tradução intersemiótica. Coleções. Multimeios. Organização da informação. Tratamento temático da informação.

COLLECTIONS OF MULTIMEDIA: REFLECTIONS ON THE THEMATIC TREATMENT OF INFORMATION FROM INTERSEMIOTIC TRANSLATION CONCEPT

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss possibilities of thematic treatment of the information of multimedia collections in the light of the concept of intersemiotic translation, understanding the task of representing these audiovisual materials as a trans - and intersemiotic process. It adopts a theoretical-bibliographic approach and a critical-reflective exploratory purpose. It is concluded that the information professional, as a translator, must be willing to dialogue with the different semiotic universes that appear in the collections of informational units. It is also worth noting the need for research and deepening to carry out the translational operation of the thematic treatment of information.

Keywords: Intersemiotic translation. Collections. Multimedia. Organization of Information. Thematic treatment of information.

1 INTRODUÇÃO

Fora do eixo tradicional das bibliotecas, em que predomina massivamente as coleções de recursos textuais, nos deparamos com acervos de outros tipos de materiais, de natureza imagética, sonora ou até mesmo uma combinação de ambos, é o caso de mapas, pinturas, fotografias, desenhos, vídeos, CDs, DVDs, entre outros.

Amaral (1987, p. 45) comenta sobre a ausência de padronização terminológica para referir-se às coleções de materiais não bibliográficos, sendo empregados termos como “materiais audiovisuais, meios audiovisuais, materiais não-impresos, materiais não-gráficos, mídias e multimeios”. Araújo (1992, p. 36) também afirma a falta de uniformidade na nomenclatura: “Diferentes termos têm sido empregados para denominar os meios audiovisuais: multimeios, recursos audiovisuais, materiais não impresos, materiais especiais, não gráficos, materiais não bibliográficos e mídias.”.

Acreditamos que multimeios seja o termo mais adequado por abranger todos os materiais diferentes dos livros, revistas e monografias, ou seja, qualquer documento não textual. Multimeios são formas múltiplas de expressão, representam a utilização dos mais variados canais para se transmitir uma mensagem, é a possibilidade de combinação de diferentes tipos de linguagens na comunicação. A linguagem diz respeito à capacidade humana de se comunicar, abrangendo várias alternativas, é caracterizada ainda pela articulação, que é a capacidade de produzir mensagens novas, dar respostas diferentes para um mesmo comando. Como uma capacidade humana, a linguagem engloba vários processos de comunicação, em diversas formas: oral, escrita, visual, corporal, ou seja, imagética, sonora, textual (PETTER, 2003).

Devido à variedade de forma e conteúdo, ou à multiplicidade dos modos de se expressar determinado conteúdo, os multimeios apresentam desafios quanto ao seu tratamento e organização para as unidades de informação. Forma e conteúdo são entendidos aqui com base na proposta semiótica de Hjelmslev (1975), isto é, forma enquanto expressão e conteúdo como conjunto de ideias associadas a um dado significante, compostos em planos, plano de expressão e plano de conteúdo.

Para Pazin (1993), quaisquer materiais não bibliográficos que possam dar alguma informação são multimeios. Considerados materiais especiais, os multimeios são parte das coleções de bibliotecas, centros de documentação, arquivos e museus. Como suporte

de informação, os multimeios, para determinadas pessoas, representam uma maneira mais atrativa de buscar informação, ou muitas vezes como forma de entretenimento.

Amaral (1987) sustenta que os multimeios podem ser uma forma de atrair mais usuários às bibliotecas, sejam pessoas que não possuem o hábito de ler ou até mesmo analfabetos; as coleções de recursos audiovisuais são um meio de se informar através de materiais não textuais. A autora enfatiza a necessidade da hibridez no acervo: “Se há várias formas de registro da informação, não deveriam todas elas serem encontradas na biblioteca?” (AMARAL, 1987, p. 46).

Coleções distintas demandam métodos de tratamento distintos. Aplicar o mesmo sistema de organização para recursos com formas e linguagens diferentes é inadequado e insuficiente, pode resultar em baixa frequência de uso dos recursos disponíveis em uma unidade de informação devido à dificuldade ou até mesmo a impossibilidade do usuário localizar o que deseja. Isso pode gerar a falsa noção de ausência de demanda pelo material, quando na realidade o usuário não chega ao material pela inadequação da sua representação e o que toda unidade de informação busca, ou deveria buscar, é a maximização do uso de suas coleções.

A separação teórica e/ou prática entre o que exatamente faz parte do acervo de uma biblioteca, de um arquivo e de um museu nem sempre é muito clara, não existem demarcações específicas, é comum que bibliotecas contenham em seu acervo coleções que, teoricamente, pertenceriam mais apropriadamente a arquivos e museus. Isso pode ser explicado pelo fato de que nem sempre museus, arquivos e bibliotecas foram instituições separadas, sempre foi comum a coexistência de diferentes tipos de coleções em um mesmo espaço; posteriormente, no período pós-tipográfico foram se separando, mas ainda guardam muita coisa em comum, sendo os tipos de documentos uma delas (ORTEGA, 2004; ARAÚJO, 2014).

Embora a Biblioteconomia tenha se dedicado com mais afinco às coleções bibliográficas e ao tratamento de recursos textuais, os recursos não-textuais também são uma realidade para a qual precisam se dedicar, esses materiais são importantes e acabam representando desafios quanto à maneira mais propícia de tratamento, gerando necessidade de se repensar e aperfeiçoar os procedimentos e sistemas de representação de forma e conteúdo.

Os recursos audiovisuais como, por exemplo, fotografias, filmes e documentários fazem parte dos recursos informacionais de muitas bibliotecas, arquivos e museus, e

muitas vezes não são contemplados em toda a sua potencialidade pelos tradicionais esquemas de organização, pensados igualmente para recursos textuais como livros e periódicos. Esta fase do desenvolvimento tecnológico e das técnicas recentes de captura e tratamento desses materiais propicia a reflexão de sua base teórica, bem como a busca de aportes de outras áreas do conhecimento como forma de compreender melhor as questões envolvidas, fundamentar e aprimorar nossas funções enquanto profissionais da informação.

Izquierdo Arroyo, pesquisador espanhol da área de organização do conhecimento e fundador da semiótica documental - disciplina com propósitos mais abrangentes que a linguística documental de García Gutiérrez -, tem buscado essa aproximação de conceitos e procedimentos de mundos aparentemente desconectados. O autor defende o conceito de transdução doutrinal: “qualquer transferência de conhecimento é, na realidade, o que eu chamaria de transdução doutrinal. Conceitos, doutrinas e métodos são levados de um lugar ou disciplina para outro” (IZQUIERDO ARROYO, 2014, p. 111).

Segundo Izquierdo Arroyo (2014), a transdução é um conceito da biologia genética, referente ao processo no qual moléculas de DNA são transferidas de uma bactéria a outra usando vírus como vetores. Desse modo, enquanto essa transferência biológica seria bacteriana, nas ciências, a transferência seria doutrinal. Assim, Izquierdo Arroyo almeja uma semiótica documental, onde ocorreria a transdução doutrinal, transmissão de conceitos semióticos para a Ciência da Informação (Documentación), que seriam trabalhados com os conceitos próprios da área, e a fusão dos fundamentos lógicos e documentais formariam concepções peculiares, “é necessário mudar tanto o objeto formal da disciplina (amplificando-o), quanto os procedimentos analíticos-sintéticos da mesma.” (IZQUIERDO ARROYO, 2014, p. 112).

Como será mostrado ao longo deste artigo, a tradução intersemiótica (processo de tradução inter e intra códigos) possui pontos em comum com as atividades realizadas para a organização da informação, definida por Brascher e Café (2008, p. 5) como “[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais.”. Enquanto a organização da informação “se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais”, a organização do conhecimento “se aplica à unidades do pensamento (conceitos)”, produzindo “representações de conhecimento utilizadas na OI para padronizar as representações de informação.” (BRASCHER, CAFÉ, 2008, p. 6;12).

Desse modo, a tradução intersemiótica pode ser pensada tanto no nível da organização do conhecimento, que analisa e elabora representações, quanto da organização da informação, que utiliza essas representações para descrever recursos informacionais. Esse processo semiótico deve também ser estendido, pois, conforme salienta Almeida (2012, p. 2), “a ação de traduzir signos, podemos assim dizer, deveria estar entre as atividades investigadas pelo campo da Ciência da Informação, desde o ponto de vista da organização até a circulação e apropriação da informação.”.

Nesse sentido, o propósito deste trabalho é abordar possibilidades de tratamento temático da informação de coleções de multimeios à luz do conceito de tradução intersemiótica, entendendo a tarefa de representação desses materiais audiovisuais como um processo tradutório e intersemiótico. Apresentaremos uma discussão sobre tradução intersemiótica e como essa proposta conceitual deve ser considerada um contributo aos processos e esquemas organizacionais utilizados no tratamento desses recursos audiovisuais em unidades de informação.

As questões linguísticas e semióticas são recorrentes nos estudos sobre organização da informação e do conhecimento. Conforme aponta Lara (2007, p. 3) “os processos de organização da informação visando o acesso (e a possibilidade de criar conhecimento) caracterizam, a seu modo, a comunicação documentária, processo que tem na linguagem seu apoio primordial”. Assim, tendo como principal recurso a linguagem, e sendo a linguagem um sistema de signos, é fundamental que se discuta essas questões pois elas influenciam diretamente na eficiência desses processos organizacionais.

2 COLEÇÕES DE MULTIMEIOS

Nesta seção nos dedicaremos a explicar sobre a prática colecionista de um modo geral, do conceito de coleção, dentro e fora da Biblioteconomia, para, na sequência, discutir sobre como e por que as bibliotecas colecionam e como elas ofertam essas coleções aos seus usuários, o que está diretamente relacionado ao tratamento realizado nessas coleções. O fundamental aqui é entender os multimeios como documentos carregados de informação e que formam coleções especiais, as quais exigem procedimentos adequados de tratamento.

Colecionar é uma prática humana natural e instintiva. As coleções surgem de uma característica natural do ser humano que é classificar, nomear, atribuir significados,

funções às coisas, pessoas e lugares. Todos nós espontaneamente fazemos classificações, o pensamento humano é categorial, é uma atividade intelectual primitiva, uma condição essencial para a sobrevivência (GIL, 2000).

Debatendo sobre as origens e alcance do colecionismo, Menegat (2005, p. 5) afirma que “poucas atividades cognitivas humanas têm a transversalidade e duração do colecionismo. Essa forma de selecionar coisas e estabelecer uma significação remonta à pré-história e, mesmo, ao processo de evolução da espécie humana.”. Assim, temos as práticas colecionistas penetrando os mais diversos territórios da vida e da mente humana, sendo um procedimento inerente ao existir humano.

Em sua etimologia, o vocábulo coleção deriva do latim *collectio* somado à desinência *onis*, que é o ato de juntar, reunir, compilar, resumir (LAROUSSE, 2007). Pode ser definida ainda como “conjunto ou reunião de objetos da mesma natureza ou que têm qualquer relação entre si. Compilação, coletânea. Ajuntamento, quantidade. Colecionar significa fazer coleção de; reunir; juntar; coligir.” (FERREIRA, 1986, p. 239).

Tecnicamente, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 50) estabelece coleção como: “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” e colecionador como “entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma coleção”. Contudo, estas definições não exploram a origem das coleções e as motivações pessoais e políticas que levam pessoas e organizações a colecionarem documentos.

Unidades de informação como as bibliotecas, arquivos e museus são instituições colecionadoras por natureza, elas precisam praticar a formação, o desenvolvimento e a organização de coleções para atingir seu propósito social de disseminar informação (HOMULOS, 1990; VERGUEIRO, 1989). Disciplinas acadêmicas como a de Desenvolvimento de Coleções tratam de considerar a importância da formação e da avaliação dos conjuntos documentais, não obstante, as raízes do processo colecionista não estejam na ementa dos planos de ensino.

Coleção implica seleção, o que acaba determinando o tipo de coleção; o reunir indiscriminado não se caracteriza como coleção, são necessários critérios pré-estabelecidos e uma intencionalidade, um objetivo.

Uma coleção é “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao público”

(POMIAN, 1984, p. 53). Esses locais, no âmbito institucional, costumam ser museus, arquivos e bibliotecas, possuindo cada um suas coleções peculiares, apesar de apresentarem diversas características e objetos em comum.

Assim, essas instituições teriam o que Pomian (1984) denomina de “coleção de coleções”, reunindo diversos tipos de coleções em um mesmo espaço; dentre essas estão as coleções audiovisuais.

O Código de Catalogação Anglo-Americano (2002) elenca os materiais considerados não bibliográficos: materiais iconográficos, filmes cinematográficos, materiais cartográficos, microformas, música, gravações sonoras, vídeo-registros, artefatos tridimensionais, ilustrações. Em suma, recursos de natureza audiovisual, também denominados multimeios.

Organizar coleções não é somente uma função técnica, uma tarefa mecânica, não é uma mera aplicação de normas, a diferença entre os recursos não está apenas na forma física, mas também na linguagem utilizada para expressão. Um documento textual e um imagético possuem peculiaridades que vão além das características concretas, no nível abstrato essa diferenciação ocorre com muito mais força.

Assim, as regras e os códigos utilizados para classificar, armazenar, preservar e disseminar variam (ou deveriam variar) de acordo com as características das coleções. Contudo, alguns recursos informacionais requerem um tipo de tratamento, isto é, de tradução, que nem sempre é considerado nas diretrizes para organização da informação.

3 TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA

A semiótica é comumente entendida como a teoria geral dos signos. Santaella (1983) afirma que a semiótica estuda os mais diversos tipos de linguagens, entendendo linguagem como um sistema de signos, investigando como estes se constituem enquanto elementos portadores de sentido. Nesta seção trataremos da concepção de tradução intersemiótica, para tanto, devemos explicar brevemente aspectos da semiótica geral.

Sabemos que o campo de interesse da semiótica é ocupado por diversas linhas, entre as quais, a semiologia de F. Saussure, a semiologia de R. Barthes, a semiótica da cultura de I. Lotman, a semiótica narrativa de A. Greimas, entre tantas outras. Cada uma delas pode servir de objeto de reflexão da Ciência da Informação, o que poderá trazer

novos conceitos e abordagens teóricas, contudo, devemos nos dedicar aqui para o que ficou conhecido como semiótica geral vinculada a Charles Peirce (1839-1914).

A semiótica peirceana é dependente de uma fenomenologia. Para uma inteligência entender algo, esse entendimento deve passar por uma ordem, que Peirce (2012, p. 50) descreve como primeiro, segundo e terceiro, isto é, categorias fenomenológicas. Todas as relações triádicas, qualquer coisa que se queira significar precisa atravessar a: 1) primeiridade: de natureza mais simples, estado puro, original, impreciso, é representado por meras possibilidades, uma emoção, uma sensação, um sentimento, que é o primeiro nível de conhecimento, antecede a reflexão; 2) secundidade: ação e reação, causa e efeito, existência, relação existencial, onde busca-se entender, decifrar, discriminar, relacionar. Envolve uma manifestação, posicionar no espaço e no tempo; 3) terceiridade: de natureza mais complexa, é o nível onde ocorre a interpretação, a mediação entre o exterior e o interior, se forma a compreensão, os signos tornam-se leis, generalidade. Essas categorias são essenciais para compreender as relações entre os diversos tipos de signos no interior da semiótica geral.

Os ramos da semiótica, segundo a configuração peirceana, incluem a gramática especulativa, a lógica pura e a retórica especulativa. A gramática estuda os tipos gerais de signos e suas variações, a lógica ocupa-se da teoria das inferências e dos tipos de proposição e a retórica vem a examinar os meios pelos quais um signo se transforma em outro pelo processo de semiose, isto é, de ação contínua dos signos. A maior parte dos estudos da semiótica, tal como conhecemos, restringe-se ao ramo da gramática especulativa. É nesta que se investiga o conceito geral de signo.

O signo, entidade central da Semiótica, é algo que está por outra coisa, que representa, significa alguma coisa para alguém. Conhecer os signos nos ajuda a entender melhor como produzimos, comunicamos e recebemos sentido. Santaella (1983, p. 109) destaca que “Como teoria científica, a Semiótica de Peirce criou conceitos e dispositivos de indagação que nos permitem descrever, analisar e interpretar linguagens.”.

Sendo a linguagem um sistema de signos, qualquer expressão da linguagem será um fato semiótico, portador de significados. Algo que inclua mais de um tipo de linguagem será algo intersemiótico, uma vez que intersemiótico é algo que envolve mais de um universo semiótico, que se relaciona com duas ou mais semioses, é a combinação de diferentes possibilidades de significação e transmissão desses significados.

A tradução é definida como interpretar o significado de uma língua e encontrar correspondente em outra língua, de forma que o novo símbolo seja a expressão mais próxima do sentido original, é a transferência de significados de um sistema a outro. Podemos encontrar diversos tipos de tradução, embora o termo ligue-se quase sempre à tradução verbal e textual entre idiomas diferentes.

O conceito de tradução intersemiótica foi inicialmente proposto pelo linguista russo Roman Jakobson (1896-1982), exímio leitor de Peirce. Para Jakobson (2010, p. 81), interpretar um signo é realizar uma tradução, transformamos um signo em outro tipo de signo; desse modo, definiu três tipos de tradução:

- **tradução intralingual** (ou reformulação) - tradução dentro de uma mesma língua, do mesmo idioma. Seria, por exemplo, a busca por palavras equivalentes, sinônimos, diferentes maneiras de comunicar a mesma ideia dentro de um mesmo grupo sógnico.

- **tradução interlingual** (ou tradução propriamente dita) - tradução de um idioma para outro. É o tipo de tradução mais conhecida, a que transfere o significado de palavras entre uma língua e outra.

- **tradução intersemiótica** (entre códigos ou transmutação) - tradução de um sistema semiótico para outro. Primeiramente sendo definido como uma tradução de signos verbais para signos não verbais; depois, de modo mais abrangente, como a tradução entre sistemas de signos diferentes.

Entretanto, em qualquer uma das três modalidades tradutórias, o autor ressalta que a equivalência nunca é completa, não existe tradução perfeita, que possa ser utilizada indiscriminadamente em qualquer situação. Existem coisas intraduzíveis, o que se pode fazer é apenas uma “transposição criativa” (JAKOBSON, 2010, p. 91). Isso não quer dizer que há coisas que não são alcançáveis pela mente que aprende pela experiência, segundo a filosofia de Peirce.

Deste modo, o conceito de tradução intersemiótica encerra diversas possibilidades de transposição “[...] o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes.” (JAKOBSON, 2010, p. 82).

Posteriormente o conceito de tradução intersemiótica foi explorado por outros teóricos da Linguística e da Semiótica, como Julio Plaza. Partindo da definição elaborada

por Roman Jakobson e apoiado na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, Julio Plaza aprofundou a teoria da tradução intersemiótica.

Plaza (2008) adverte que as atividades de tradução exigem reflexões teóricas que ultrapassam os aspectos puramente linguísticos. A realização de tradução intersemiótica envolve ainda “uma visão crítico-pragmática de distintos sistemas de linguagem ao propor o uso comparado de signos muito diferentes.” (QUEIROZ; AGUIAR, 2010, p. 14).

A atividade de tradução, conforme declara Plaza (2008, p. 8), ocupa-se simultaneamente com o presente, o passado e o futuro, estabelecendo “[...] o passado como ícone, como possibilidade, como original a ser traduzido, o presente como índice, como tensão criativo-tradutora, como momento operacional e o futuro como símbolo, quer dizer, a criação à procura de um leitor.”. Desse modo, a tradução será um entrelaçamento entre passado-presente-futuro, onde, consoante o prisma adotado pelo tradutor, uma das três partes permanecerá em evidência.

Tomando como base a seguinte afirmação de Plaza (2008, p. 6) de que a tradução é “o intervalo que nos fornece uma imagem do passado como ícone, como mônada. A tradução, ao recortar o passado para extrair dele um original, é influenciada por esse passado ao mesmo tempo em que ela também como presente influencia esse passado.”, poderíamos pensar, por exemplo, que ao se analisar uma fotografia para representá-la e indexá-la em um sistema de recuperação da informação, estaríamos elaborando um entendimento e extraindo significados desse acontecimento e as relações com outros acontecimentos, momentos, pessoas, assuntos. E, logicamente, essa representação estaria condicionada a diversos fatores da realidade presente e passada vivenciada pelo tradutor.

Nossa concepção de passado é modificada por acontecimentos e conhecimentos adquiridos com o tempo. Assim, a representação pode e deve ser modificada; apesar de o significante permanecer o mesmo, o significado se altera; “ou o presente recupera o passado como fetiche, como novidade, como conservadorismo, como nostalgia, ou ele recupera de forma crítica” (PLAZA, 2008, p. 7).

Na atualidade, é comum encontrarmos obras que combinem diferentes tipos de linguagem; nestes casos, a tradução intersemiótica já ocorreria naturalmente, ainda que não de forma proposital. A esse respeito, Plaza (2008, p. 12) sustenta que as ocorrências de interação entre as diversas linguagens

[...] dizem respeito às relações tradutoras intersemióticas, mas não se confundem com elas. Trazem, por assim dizer, o gérmen dessas relações, mas não as realizam, via de regra, intencionalmente. Nessa medida, para nós, o fenômeno da tradução intersemiótica estaria na linha de continuidade desses processos artísticos, distinguindo-se deles, porém, pela atividade intencional e explícita da tradução.

O autor segue afirmando que essa “hibridização de meios, códigos e linguagens que se justapõem e combinam” formam a intermídia e a multimídia (PLAZA, 2008, p. 13). Necessário esclarecer que tanto a intermídia como a multimídia são uma conjunção estruturada de linguagens - verbal, imagética e sonora - e de meios de se registrar essas linguagens. Contudo, como assinalam Martins e Longhi (2015, p. 4), na intermídia “os elementos como texto verbal, som e imagem apenas se combinam e seu consumo (ou leitura) se dá de forma ‘independente’ um do outro.”, enquanto que na multimídia “os elementos formam um conjunto integrado e se ajustam de forma integrada, o que tem efeitos, sobretudo, sobre o resultado para o leitor.”.

Então, a intermídia é apenas a utilização de diferentes linguagens ao passo que a multimídia realiza a associação, a apresentação que exige a leitura simultânea de duas ou mais linguagens. No caso, as coleções de multimeios possuem recursos informacionais que se enquadram nas duas definições.

Para Diniz (1994, p. 1001) o produto resultante da tradução consiste em “um texto que se refere a outro(s) texto(s), que o(s) afeta, que mantém com ele(s) uma determinada relação ou que ainda o(s) representa de algum modo. É esse modo pelo qual um representa outro(s), é esse tipo de relação que existe entre eles que é o objeto dos estudos de tradução intersemiótica.”. É possível detectar nessa afirmação de Diniz os atributos do ícone, índice e símbolo, definidos na segunda tricotomia de Peirce (2012, p. 52) que classifica o signo em relação ao seu objeto, pois o produto da tradução conserva qualidades (ícone), relações com o original (índice) e corresponde a padrões estabelecidos (símbolo).

Baseando-se nessa segunda tricotomia peirceana, Plaza (2010) traça uma tipologia das traduções intersemióticas, classificando-as em:

- **tradução intersemiótica icônica** - utiliza as qualidades no processo interpretativo, busca-se os ícones do material original e os transformam em novos ícones capazes de expressar as mesmas ideias, ou que mais se aproxime. Tradução icônica porque o resultado da tradução guarda traços em comum com o objeto. O ícone é um signo

que possui qualidades semelhantes ao objeto, portanto a tradução icônica "se pauta pelo princípio de similaridade de estrutura [...], a analogia entre os objetos imediatos fornecerá signos sob a forma de qualidades materiais e de aparências, elaborando "significados sob a forma de qualidades e aparências" (PLAZA, 2008, p. 89-93).

- **tradução intersemiótica indicial** - a tradução acontece através de índices, o resultado da tradução possui uma relação real de existência com o objeto, mantém contato entre original e tradução, continuidade, ligação que remete ao original (alusão); possui uma relação de causa-efeito, é determinada pelo signo antecessor, comporta indícios sobre a relação com o objeto (PLAZA, 2008, p. 91-92).

- **tradução intersemiótica simbólica** - a tradução se processa por convenção, o tradutor pega símbolos e converte em outros símbolos, busca-se a equivalência simbólica entre sistemas de signos diferentes. O resultado final da tradução intersemiótica simbólica "só é compreensível se dominarmos o código simbólico" (PLAZA, 2010, p. 104). A tradução simbólica trabalha com significados mais abstratos e intelectuais, com símbolos, os signos convencionais (PLAZA, 2008, p. 93).

Para exemplificar melhor estes tipos de tradução, podemos citar um caso em que seja necessário representar uma fotografia de uma família do século XIX. Como na tradução icônica elaboramos significados sob a forma de aparências, então destacaremos neste tipo de tradução a primeiridade, o que está ali de imediato, coisas visíveis na foto, aspectos materiais retratados, como a quantidade de pessoas ali presentes, o fato de formarem uma família, as vestimentas utilizadas, os móveis e coisas do tipo; o fato de ser uma imagem em preto e branco também se encaixa. Na tradução indicial, o signo documentário virá para mostrar coisas relacionadas à foto, mas que não estão ali; nesta análise que retrata a secundidade, a representação buscará posicionar aquela imagem no espaço e no tempo, estabelecendo o lugar em que a foto foi tirada (país, estado, cidade) e a data; pode remeter ainda ao fotógrafo. Por fim, na tradução simbólica, pertencente à terceiridade, a representação se dará por significados abstratos que decorrem de interpretações, ou seja, termos que simbolizem o contexto sociocultural, aspectos políticos, econômicos, ideológicos, ou ainda emoções. Envolve uma compreensão mais profunda de vários outros códigos simbólicos.

O processo de tradução envolve sempre uma forma e um conteúdo; assim, a transcrição de formas e de conteúdos comporta os ícones, os índices e os símbolos contidos no material a ser traduzido. Plaza (2008, p. 94) salienta que a tradução icônica é

transcrição, a tradução indicial é transposição, enquanto a tradução simbólica é transcodificação.

Em uma mesma tradução podem ocorrer concomitantemente os três tipos acima descritos, assim como acontece nas classificações peirceanas de signo, estão todos correlacionados. Contudo, sempre há um aspecto dominante em cada tradução realizada, de modo que essa será prevalentemente icônica, indicial ou simbólica, sem no entanto apartar-se de carregar traços das outras duas. Santaella (2001, p. 193) afirma que ao enquadrarmos um fenômeno em alguma das classificações peirceanas o que se encontra é um “princípio de dominância lógica que o marca prioritariamente”, o que não exclui a presença de outras categorias.

Uma tradução intersemiótica envolverá, imperiosamente, os três tipos de signos da segunda tricotomia de Peirce, haverá a coexistência da iconicidade, da indicialidade e da simbolicidade. Para Plaza (2008, p. 206), com a diversidade de formas de criação, produção e reprodução de informação, os processos de tradução são constantes, necessitamos a todo momento transitar entre diferentes universos sógnicos.

Nas três modalidades tradutórias ocorre a sintetização, buscando manter a unidade semântica; a tradução intersemiótica é uma espécie de diálogo crítico, uma prática crítico-criativa. Portanto, o tradutor não deixa de estar agindo sobre uma criação, um evento, uma obra e gerando um novo produto a partir disso, o signo documentário (este conceito será explorado mais adiante). Dado esse mérito, cabe destacar que a "prática da tradução é inseparável do saber teórico" (PLAZA, 2008, p. 210), é necessário se preparar para realizar esses procedimentos, não envolve apenas um bom senso ou familiaridade com as rotinas.

Julio Plaza (2008) adverte que o ideal seria que o trabalho de tradução intersemiótica contasse com especialistas de ambas linguagens, realizando a tarefa em conjunto. Como isso é algo muito difícil de acontecer na prática, uma alternativa é o profissional da informação buscar conhecimento sobre o outro universo semiótico trabalhado, de modo que tenha respaldo teórico para realizar a representação. É provável que os currículos dos cursos vinculados à Ciência da Informação não tenham trabalhado esta temática. Contudo, quando trabalhado, esse conhecimento seria apenas superficial, não se comparando ao de uma autoridade no tema.

Diniz (1998, p. 324) aponta a interferência dos aspectos culturais nas atividades tradutórias: “a cultura, um tipo de interpretante, se apresenta como o elemento a ser

transportado de um texto para outro. Isso indica que a tradução nunca é apenas intersemiótica, mesmo quando realizada entre sistemas de signos diferentes. Ela é também cultural”. Destarte, toda tradução intersemiótica envolve também a tradução cultural, pois não pode se desvincular de suas propriedades espaciais e temporais, jamais será um procedimento neutro, ainda que se guie por códigos e normas. Nesse aspecto, a noção de tradução intersemiótica se aproxima da noção de tradução desenvolvida no âmbito da semiótica da cultura.

No processo de tradução busca-se significações correspondentes em sistemas diferentes. O modo de se representar o mundo em filmes, documentários, fotografias, pinturas ou qualquer outro recurso audiovisual, segue uma lógica e estrutura muito peculiar e subjetiva. A transposição desse riquíssimo universo cultural para um termo ou símbolo contido em algum sistema de organização do conhecimento (que é sempre controlado, limitado), indiscutivelmente sofrerá perdas, o que vale discutir são maneiras de minimizar esses prejuízos.

Diniz (1994, p. 1002) sintetiza o processo de tradução como uma busca por equivalências entre sistemas, onde “um elemento x que ocupa um determinado lugar num determinado sistema de signos, seria substituído por um outro elemento x' que exercesse a mesma função, porém no outro sistema de signos”. Essa descrição do processo de tradução pode ser entendida como análoga ao processo de representação temática mediado pelas linguagens documentais: analisar o recurso informacional, atribuir um conceito e buscar um termo equivalente em uma linguagem documental que represente o conteúdo do material analisado.

As matrizes do pensamento e da linguagem, para Santaella (2001) são três: visual, sonora e verbal. Essas três modalidades dão origem a toda e qualquer forma de expressão humana. E, assim como as diferentes classes de signos, as linguagens e os meios se combinam e se misturam. Isso é materializado nas coleções de multimeios, que se utilizam das três matrizes do pensamento e da linguagem para transmitir informação. Santaella (2001, p. 193) propõe, seguindo a fenomenologia peirceana, que na matriz da primeiridade está a linguagem sonora, na secundidade está a linguagem visual, e na terceiridade está a linguagem verbal escrita. As três categorias encontram-se presentes em todos os fenômenos. A terceiridade comporta dentro de si a secundidade e a primeiridade, pois para ser representação algo precisa primeiramente se apresentar aos

nossos sentidos de alguma maneira, além de ter algum tipo de materialidade, estar relacionado a algo.

Buscamos percorrer aqui os conceitos e elementos envolvidos na tradução intersemiótica para entendermos sua importância e adoção na organização da informação e do conhecimento e, em especial, sua aplicação no tratamento temático da informação de multimeios.

4 TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA NO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO DE MULTIMEIOS

Nesta seção trataremos de discutir as correlações entre os conceitos abordados anteriormente: as coleções de multimeios e a tradução intersemiótica para o tratamento temático da informação.

A organização do conhecimento, conforme sustenta Guimarães (2003), envolve o desenvolvimento e aplicação de critérios para descrever o recurso informacional, tanto em relação ao seu conteúdo, como em relação à sua forma, de maneira que possam ser localizados e utilizados. Para isso, utiliza-se basicamente de representações, tendo dois tipos: a representação descritiva, que envolve a catalogação, e a representação temática, que envolve a classificação e a indexação (BARITÉ, 2001).

Quanto à forma, as normas de descrição (bibliográfica e arquivística) existentes cumprem bem seu papel, há um caráter mais prático e objetivo no tratamento descritivo, enquanto que o tratamento temático da informação é mais complexo e abarca um caráter mais subjetivo, por essa razão, mais difícil de ser representado adequada e exaustivamente. Ele atua sobre o significado e leva em conta uma série de elementos sensoriais, icônicos, indiciais e simbólicos, em resumo cognitivos, que não podem ser reduzidos à expressão linguística.

O tratamento temático da informação envolve duas atividades básicas: analisar o documento e identificar o assunto para em seguida traduzir (representar) para uma linguagem documentária (DIAS; NAVES, 2007). Os autores destacam que não se extrai um assunto do conteúdo de um documento, apenas se atribui, pois a análise documental envolve um conjunto de signos sociais, culturais, cognitivos e lógicos que podem divergir de acordo com o tempo, lugar e contexto. Assim, um mesmo recurso pode ser

representado de diferentes formas, ainda que se utilize da mesma linguagem documentária.

A representação, como informa Lara (2001), se dá através de signos como termos, símbolos ou nomes e para isso todo sistema de recuperação da informação adota algum tipo de vocabulário controlado; utilizando de padronização vocabular e conceitual, para diminuição dos ruídos na comunicação. Todos os instrumentos utilizados para representar o conteúdo de um documento são vocabulários controlados ou linguagens documentais.

A tarefa de organizar informação, de acordo com Almeida (2017, p. 9), requer “[..] atenção dos códigos e do reconhecimento da atividade de tradução sígnica. Esse tipo de tradução pode levar o adjetivo ‘semiótica’, pois não busca converter signos no interior de um mesmo código, mas, sobretudo, leva a cabo a tradução entre códigos distintos.”

Quando pensamos nas coleções de multimeios, existem questões que ultrapassam a linguagem verbal, mas que para fins de recuperação em unidades de informação, é imprescindível que sejam representados textualmente. Para isso, necessita-se traduzir o conteúdo de um universo sígnico para outro. Uma tradução é uma interpretação, de modo que pode haver várias interpretações.

Almeida (2017, p. 3) aponta ser primordial conceber “os processos documentais como atividades semióticas por excelência, pois supõem a manipulação, a tradução, a conversão, a transmissão e a interpretação de signos.”. Portanto, o processo de descrição e representação da informação de coleções audiovisuais se constitui em um processo de tradução intersemiótica, uma vez que se faz necessário transformar signos visuais e sonoros em signos verbais.

Os estudos sobre tradução intersemiótica concentram-se na conversão da linguagem verbal para a não verbal. Ao se empregar esse conceito no tratamento descritivo e temático da informação de recursos audiovisuais o que temos é exatamente o oposto: traduzir a linguagem não verbal para a verbal, que é a utilizada nas normas e códigos de catalogação e nas linguagens documentais (sistemas de classificação, tesouros e listas de cabeçalho de assunto).

Machado e Albuquerque (2016, p. 870), ao avaliarem a representação de recursos imagéticos constataram “a insuficiência de termos descritores do processo de Indexação, dificultando assim a busca e recuperação desse tipo de documento”. Isso porque não são pensadas em toda a amplitude semântica dos recursos audiovisuais.

Gastaminza (1999) reconhece que os documentos imagéticos possuem uma natureza polissêmica, capaz de gerar tantas interpretações quanto leitores. Um mesmo recurso pode ter vários significados, representar diferentes coisas. A relação triádica nunca é unívoca. O autor afirma que, no caso de uma fotografia, existem no mínimo três interpretantes: do fotógrafo, do documentalista e do usuário.

García Marco e Agustín Lacruz (1999, p. 171) analisaram diversas linguagens documentais (tanto alfabéticas como alfanuméricas) elaboradas para descrever recursos imagéticos e constataram que “Entre las herramientas analizadas se ha observado la presencia de metodologías tanto inductivas como deductivas.”. Não obstante, as propostas indutivas e dedutivas não são suficientes para resolver o problema do significado na interpretação dos multimeios. As linguagens devem levar em conta outra configuração e não se restringir no modelo conceitual e linguístico.

Pensando-se na organização e representação do conhecimento, os vocabulários controlados são recursos utilizados na tradução intersemiótica com o propósito de padronização. Apesar disso, o processo de interpretação, ainda que respaldado por um vocabulário controlado, sofre influências subjetivas da pessoa que realiza a representação.

Portanto, no âmbito da Ciência da Informação, quando se faz uma representação para classificar materiais audiovisuais, estamos realizando uma tradução intersemiótica, um intercâmbio, adaptando uma linguagem a outra. A representação estará numa linguagem diferente da linguagem original do material analisado, teremos a linguagem imagética e/ou sonora transformada em linguagem verbal. E esse procedimento de interpretar signos através de outros apresenta diversas possibilidades de reinterpretação, de ressignificação.

A análise de um documento audiovisual nunca pode desvincular-se do contexto em que foi produzido, é necessário considerar as construções ideológicas presentes em uma obra audiovisual, pois “no nível conotativo, outros sentidos podem estar implícitos, latentes - mensagens morais, filosóficas, políticas [...]” (DINIZ, 1998, p. 315).

As representações documentais expõem os documentos sem que tenhamos contato direto com eles, elas estão no lugar deles, portanto são signos; ou, conforme a terminologia adotada de maneira muito apropriada por Lara (2006, p. 18), são signos documentários, definidos como “um signo particular, cujo funcionamento depende do

caráter construído da linguagem documentária e da remessa a interpretantes nos discursos e terminologias das áreas focalizadas.”

Uma linguagem documentária é um sistema semiótico particular, que apresenta uma estrutura organizada de um conjunto de signos, com suas peculiaridades e regulamentos; desse modo, a semiose documentária opera “sob condições controladas em função dos universos focalizados e dos objetivos visados.” (LARA, 2006, p. 26).

Confirma-se assim o caráter particular da semiose documentária. A linguagem documentária pode, então, ser considerada, em si mesma, um signo ou um sistema semiótico, como também são signos suas unidades, os descritores. Seus operadores de sentido, ou interpretantes, remetem aos subconjuntos lingüístico-semióticos de especialidade, ou terminologias, que, ao lado das convenções documentárias, são responsáveis pelo funcionamento do processo semiótico de construção da informação em ambientes documentários. (LARA, 2006, p. 27)

Adotando-se as categorias de signos peirceanas, podemos entender o signo documentário como uma convenção, que possui força de lei, sendo legitimado pelas regras estabelecidas na linguagem documentária, tornando-se então um símbolo.

Para Gastaminza (1999) analisar os atributos temáticos de uma imagem envolve três perspectivas: a denotativa, a conotativa e a contextual; uma coisa é o que se vê explicitamente na imagem, o que está aparente, é concreto e objetivo, outra é o que a imagem sugere, o que faz pensar, é abstrato e subjetivo, some-se a isso o peso da conjuntura social em que foi produzida e na qual é recebida.

Santaella (2001) traz três possibilidades de apresentação da imagem, podendo ser uma imagem unicamente mental, ou uma imagem que se apresenta diretamente à nossa percepção ou, por último, uma imagem que é uma representação visual. É com esse último domínio que a Ciência da informação trabalha, com a materialização da informação, com as imagens enquanto registros informacionais, como representações. Essas representações visuais incluem uma diversidade de materiais, como, por exemplo: fotografias, gravuras, pinturas, desenhos, filmes cinematográficos, produtos televisivos.

Como a imagem representa o mundo real e produz significações? As funções da imagem são definidas por Aumont (2006, p. 80) como: modo simbólico (imagens como símbolos, representações); modo epistêmico (imagens como fontes de informação sobre o mundo) e modo estético (imagens feitas para oferecer sensações).

Essas funções de um recurso visual não se dão única e exclusivamente uma de cada vez. Encarando pelas categorias fenomenológicas de Peirce (2012), o modo estético pode ser identificado como a primeiridade, caracterizada pelos sentimentos. O modo epistêmico enquadra-se na secundidade, ela liga dois elementos, estabelece relações para ser fonte de informação. O modo simbólico encontra-se na terceiridade, onde nível das generalizações, das simbologias.

Bizello, Fujita e Silva (2009) constatam que comumente acontece de documentos fotográficos receberem o mesmo tratamento dispensado aos documentos textuais. Essa medida não é a mais adequada, visto que recursos textuais fazem parte de um sistema semiótico completamente diferente do sistema contido nos recursos visuais ou audiovisuais, a linguagem utilizada é outra, os significados podem ser outros.

Quando se escolhe um termo de indexação a partir de um dado mais objetivo, como o autor da obra, o título, ano de produção, escola da qual faz parte, entre outros, o trabalho é facilitado. Contudo, essa opção não vai maximizar o uso dessas coleções; essa estratégia é eficaz apenas para o usuário que já sabe exatamente o que quer, que faz uma busca pontual. Para o usuário que faz uma busca mais ampla, desejando conhecer novos materiais, não é uma boa opção.

Essa indexação a partir de dados objetivos é uma saída que encontram, entretanto está longe de ser a solução ideal. Aliás, nem chega a ser uma solução, é um modo de fugir do problema e da complexidade gerados a partir do tratamento de materiais especiais, pois buscar alternativas melhores demanda tempo, esforço, dedicação e constante atualização, tanto do profissional quanto da unidade de informação. Desse modo, os profissionais da informação e as instituições como arquivos, bibliotecas e museus ficam sem instrumentos e métodos adequados para tratar os diferentes tipos de recursos e/ou precisam fazer adaptações.

Os aspectos semânticos envolvidos no processo de tratamento documental é uma dessas situações que geram crises e impulsionam a busca pelo “desenvolvimento de bases científicas para o fazer do TTI, no intuito de ir além de técnicas prescritivas para buscar a construção de metodologias defensáveis para o desenvolvimento dos procedimentos da área” (GUIMARÃES, 2008, p. 80). Nesse sentido, o aporte da Semiótica é fundamental na composição das bases teóricas.

A criticidade do tradutor é inerente a toda tradução. Portanto, dependendo da representação que o profissional da informação fizer, ele, além de facilitar ou dificultar o

acesso, estará conduzindo significados, e isso é muito sério. Devemos considerar o profissional da informação como um tradutor por excelência.

Partindo dos pressupostos da tradução intersemiótica, como representar a forma e o conteúdo de um material audiovisual da melhor maneira, buscando preservar ao máximo possível seu caráter simbólico original? Haroldo de Campos aborda o conceito de “isomorfismo” nas traduções, concebendo o original e a tradução como produtos independentes enquanto informação, porém correlacionados isomorficamente “são diferentes como linguagem, mas como corpos isomorfos integram um mesmo sistema.” (CAMPOS, 1992, p. 34).

Em seu sentido original o termo isomorfia é a igualdade de formas, enquanto que na tradução o isomorfismo refere-se não à forma, e sim ao significado, muda-se a forma, mas busca-se manter o aspecto semântico. Então, enquanto na etimologia o isomorfismo significaria corpos diferentes que possuem a mesma forma, na tradução intersemiótica seriam corpos diferentes, com formas diferentes, mas conteúdo igual. Mudou o produto, mudou a linguagem, mas buscou-se preservar o conteúdo.

Evangelista, Guimarães e Almeida (2014, p. 413) chamam atenção para a necessidade de se aprofundar as reflexões teóricas sobre representação do conhecimento, “de modo a que os processos de indexação possam ser encarados antes como processos interpretativos do que como fazeres técnicos do bibliotecário”.

A atividade de representação documental envolve interpretação, que é o translado. Interpretar é traduzir, é transferir uma representação de um sistema semiótico para outro. É necessário considerar que essa atividade, ainda que guiada por linguagens documentais, não é meramente técnica, há a confluência de outros fatores, como “a experiência do indexador, suas visões de mundo e qual a melhor maneira de conduzir essa representação” (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014, p. 414).

Guimarães (2003) chama atenção para o fato de que ao longo da história de organização e representação da informação, o processo de extração do conteúdo do documento foi, em um primeiro momento, eminentemente intuitivo, com os profissionais utilizando-se do bom senso. Em um segundo momento, nota-se a necessidade de instituir regras claras, de realizar “um tratamento pautado pelo uso de técnicas”; é nesse contexto que são criados os sistemas de classificação como os de Dewey, Otlet, e Cutter, por exemplo (GUIMARÃES, 2008, p. 80).

Para organizar a informação de recursos imagéticos, Pato (2014, p. 4) enfatiza a necessidade de se considerar “as três principais categorias semióticas de signo, o ícone, o índice e o símbolo, pois os significados emergem apenas em função da semiose, a ação e relação entre esses signos.”.

Ao refletirem sobre o conceito de documento audiovisual, Silva e Carvalho (2014, p. 6) estabelecem que “devemos ter claro não somente o registro que está no suporte, mas também os motivos que a geraram e produziram, não a tomando diretamente como prova ou evidência de algum fato ocorrido sem a devida contextualização”. Os autores afirmam que documentos audiovisuais devem ser tratados considerando primeiramente o momento de sua produção, quando, como, quem e por que produziu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir o conceito de tradução intersemiótica no âmbito da organização e representação do conhecimento, e como esse modelo teórico pode ser utilizado para pensar o tratamento temático da informação de coleções de multimeios. Apresentamos uma discussão teórica com o intuito de se ampliar o entendimento a respeito da atividade de traduzir signos efetuada nas representações de recursos informacionais, em especial os materiais audiovisuais.

Todas as questões correntes da organização da informação são de natureza semântica, isto é, semiótica. Compreendemos a importância da incursão ao universo semiótico como forma de refinar os processos de tratamento documental, que envolve todo um sistema de representações, símbolos e signos.

Assim, enfatizamos que os princípios da tradução intersemiótica precisam estar inseridos entre as bases teóricas do tratamento temático da informação, uma vez que não se pode ignorar o fato de que ao se traduzir o conteúdo de documentos audiovisuais para uma linguagem documental ou documentária, está se realizando uma atividade de tradução entre diferentes sistemas de signos.

Entender os princípios da tradução intersemiótica e reconhecer a atividade de representação documentária para fins de posterior recuperação como uma atividade de tradução intersemiótica é de fundamental importância para reexaminar a forma como fazemos o tratamento temático da informação e, desse modo, aprimorá-la.

O profissional da informação, enquanto tradutor, precisa, indispensavelmente, estar disposto a dialogar com os diferentes universos semióticos que se apresentam nas coleções das unidades informacionais. Deve ser destacada a necessidade de pesquisa e aprofundamento para realizar a operação tradutora.

Considerando que há uma multiplicidade de significados contidos em uma coleção de multimeios, defendemos ser indispensável gerar entradas no sistema de recuperação da informação adotando-se os conceitos das três modalidades de tradução intersemiótica propostas por Julio Plaza: icônica, indicial e simbólica. É necessário analisar o recurso audiovisual enquanto ícone, índice e símbolo, fazendo assim representações multifacetadas e intersemióticas, como esses recursos já o são em sua essência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2018/16154-0).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, p. 1-18, 2012.
- ALMEIDA, C. C. **Teorias Semióticas no campo da Documentação na Espanha**. Marília: UNESP, 2017.
- AMARAL, S. A. Os multimeios, a biblioteca e o bibliotecário. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 1, p. 45 - 68, jan./jun. 1987.
- ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, W. T. Uso da informação audiovisual em bibliotecas: dados de pesquisas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n.1, p.35-41, jan./dez. 1992.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AUMONT, J. **A imagem**. 11. ed. Campinas: Papirus. 2006.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP, 2001. p. 35-60.
- BIZELLO, M. L.; FUJITA, M. S. L.; SILVA, I. O. S. O tratamento da forma e do conteúdo de fotografias em fundos de arquivos: pressupostos teórico-metodológicos. **Ibersid (Zaragoza)**, v. -, p. 133-141, 2009.

BRANCO, S. O.; SANTOS, L. S. O uso de atividades de tradução intersemiótica e interlingual em uma sala de aula de língua inglesa como le. **Revista EntreLínguas**, Araraquara, v. 3, n. 2, p. 203-226, jul./dez. 2017.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, **Anais**. São Paulo: ANCIB, 2008.

CAMPOS, H. **Metalinguagem e Outras Metas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2002.

Coleção. In: **Larousse** Dicionário enciclopédico ilustrado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

DINIZ, T. F. N. A Tradução Intersemiótica e o conceito de equivalência. IV Congresso da ABRALIC, **Anais**, Universidade de São Paulo, 1994, p. 1001-1004.

DINIZ, T. F. N. Tradução Intersemiótica: do texto para a tela. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 313-338, jan. 1998.

EVANGELISTA, I. V.; GUIMARÃES, J. A. C.; ALMEIDA, C. C. A Semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 413-429.

GARCÍA MARCO, F. J.; AGUSTÍN LACRUZ, M. C. Lenguajes documentales para la descripción de la obra gráfica artística. In: GASTAMINZA, F. V. (Org.). **Documentación fotográfica**. Madrid: Síntesis, 1999. p. 169-204

GASTAMINZA, F. V. El análisis documental de la fotografía. In: GASTAMINZA, F. V. **Manual de documentación fotográfica**. Madrid: Síntesis, 1999.

GATTO, A. C. Análise documental de imagem: uma leitura das contribuições semióticas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, SP v.16, n.1, jan./abr., p. 39-55, 2018.

GIL, F. **Enciclopédia Einaud**. v. 41 - Conhecimento. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, p. 77-99, 2008.

HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. In: SAUSSURE, F. et al. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 183-220. (Coleção Os Pensadores, XLIX).

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, vol. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

IZQUIERDO ALONSO, M.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Entrevista a José María Izquierdo Arroyo, realizada por Mónica Izquierdo Alonso en Alcalá de Henares (Madrid), Junio de 2014. **Scire**, v. 20, n. 1, en./jun., p. 109-116, 2014.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010. p. 79-91

LARA, M. L. G. É possível falar em signo e semiose documentária? **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 18-29, dez. 2006.

LARA, M. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007.

LARA, M. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o Ornitorrinco...), a Análise Documentária e a Linguagem documentária. **DataGramZero**, v. 2, n. 6, dez., 2001.

MACIEL, M. A.; BRANCO, S. O. Cinema e tradução intersemiótica: as formas de traduzir para o cinema. **Revista Livre de Cinema**, v. 3, p. 38-52, 2016.

MACHADO, V. F.; ALBUQUERQUE, A. C. A representação temática da xilogravura: o processo de indexação da coleção Paulo Menten. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 856-873, 2016.

MARTINS, E.; LONGHI, R. Transmídia, crossmídia e intermídia na grande reportagem multimídia: um estudo das estratégias narrativas na série Tudo Sobre, da Folha de S. Paulo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, 2015, Campo Grande. **Anais...**, Brasília, SBPJor, 2015.

MEDEIROS, D. P.; TEIXEIRA, F.; GONÇALVES, M. M. Metodologia de tradução intersemiótica aplicada ao Design Gráfico. **Revista Vincici** – Periódico Científico da Faculdade SATC, v. 1, n. 1, p. 23-38, jan./jul., 2016.

MENEGAT, R. A epistemologia e o espírito do colecionismo. **Episteme**. Porto Alegre, n. 20, p. 5-12, jan./jun., 2005.

MENEGHELLO, H. C. A transposição intersemiótica. **In-Traduções**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 307-318, jan./jun. 2014.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. A03, 2004.

PATO, P. R. G. Ícone, índice e símbolo, fundamentos para ler e organizar a informação em imagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. **Anais...** Belo Horizonte: Minas Gerais, ENANCIB, 2014.

PAZIN, R. A. **Indexação de multimeios**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1993.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

POMIAN, K. Coleção. In: GIL, F. (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 Memória-História. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

QUEIROZ, J.; AGUIAR, D. Tradução intersemiótica: ação do signo e estruturalismo hierárquico. **Lumina**, vol. 4, n. 1, junho, 2010. p. 1-14.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, L. A. S.; CARVALHO, T. C. Discurso e práxis do documento audiovisual nos arquivos: perspectivas de organização arquivística. **Archeion Online**, v. 2, n. 2, dez. 2014.

SOUSA, B. P. ; ALMEIDA, C. C. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente. **Informação & Sociedade**, v. 22, p. 23-34, 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.